



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA PAULA BRITO DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COMO CONDIÇÃO FORMAL DE
CIDADANIA**

MARINGÁ

2014

ANA PAULA BRITO DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COMO CONDIÇÃO FORMAL DE
CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado no Curso
de Pedagogia da Universidade Estadual
de Maringá.

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha
Oliveira.

MARINGÁ

2014

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COMO CONDIÇÃO FORMAL DE CIDADANIA

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

ACADÊMICA: ANA PAULA BRITO DA SILVA

DATA DA DEFESA: ____/____/____

Trabalho apresentado nesta data ao Curso de Pedagogia, modalidade presencial, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, examinado pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof.^a Dr.^a. Terezinha Oliveira (Orientadora) – UEM

Prof.^a Ms.^a. Natalina Francisca Mezzari Lopes – UEM

Prof.^a Ms.^a. Paula Marroni - UEM

"Alfabetizar é acender uma luz que jamais será apagada. É iluminar um futuro próximo e também distante. É deixar uma marca útil que se eternizará. Alfabetizar é mais uma forma de amar." (Augusta Schmidt)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a DEUS por ter me abençoado com força, fé e com as virtudes necessárias para concluir mais essa etapa importante em minha vida;

Especialmente a minha mãe, Marina, por ser uma mulher guerreira e estar sempre me incentivando, acredito que ao realizar esse meu sonho, também realizo um sonho dela. Sou grata a minha família querida por todo amor, carinho, dedicação, apoio e incentivo que me deram e por terem acreditado em mim;

Agradeço aos professores do curso que contribuíram para minha formação profissional, principalmente aqueles que fizeram a diferença ao dividirem seus conhecimentos;

Às colegas de turma que, na troca de experiências, me deram a oportunidade de conhecê-las e descobrir o quanto cada uma é especial, principalmente às amigas Silvana, Monique, Jéssica, Isabelle e Jéssica, que estiveram ao meu lado na realização desse sonho, dedico minha gratidão;

Agradeço a minha querida prof. Dra. Terezinha Oliveira, pela importante contribuição e ajuda que me dedicou durante a realização desse trabalho de formação acadêmica, e também por ter despertado em mim o desejo pela pesquisa científica;

Agradeço as professoras Natalina Francisca Mezzari Lopes e Paula Marroni, por terem aceitado o convite de fazer parte desse momento que é único em minha vida;

Muito Obrigada a todos os que acreditaram em mim e na realização desse sonho!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO	9
2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONDIÇÕES PARA CIDADANIA.....	12
3 ESTUDO DO DOCUMENTO BÁSICO: AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO.....	16
4 ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO.....	21
5 DESAFIOS DA DOCÊNCIA EM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

Silva, Ana Paula Brito. **Alfabetização e letramento como condição formal de cidadania**. 2014. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2014.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo expor o processo de alfabetização e letramento como condição formal de cidadania. A alfabetização e o letramento são condições essenciais para formar um cidadão atuante, pois é por meio da leitura e da escrita que o indivíduo se comunica, se informa, expressa e defende pontos de vista, compartilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento, entre outros. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, fundamenta-se em Durkheim (2002), La Boétie (2009), Smolka (2003), Klein (2002), Magda Soares (2004), Lemle (2006), Durham (2008), dentre outros autores que tratam da alfabetização e letramento. Na realização deste estudo, pretendemos contribuir com conhecimentos sobre essa temática para auxiliar na reflexão dos profissionais e estudantes da área educacional acerca de sua prática docente e da importância da alfabetização e letramento na formação do homem em seu cotidiano.

Palavras-chave: Alfabetização e letramento. Educação. Docência. Cidadania.

ABSTRACT

This conclusion work course aims to expose the process of literacy and literacy as formal citizenship status. Literacy and literacy are essential conditions to form an active citizen, it is through reading and writing the individual to communicate, inform, express, and defend points of view, share or builds worldviews, produces knowledge, between others. This research is of bibliographical and documentary character, is based on Durkheim (2002), La Boétie (2009), Smolka (2003), Klein (2002), Magda Soares (2004), Lemle (2006), Durham (2008), among other authors dealing with literacy and literacy. In this study, we aim to contribute to knowledge on this topic to assist in reflection of professionals and students in the education sector about their teaching practice and the importance of literacy and literacy in the formation of man in his everyday life.

Keywords: Literacy and literacy. Education. Teaching. Citizenship.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de estudos e reflexões desenvolvidos com o intuito de expor a importância da alfabetização e letramento como condição formal de cidadania assim como apontar a relevância do processo de alfabetização e letramento na construção de uma nação democrática e livre. A escolha por essa temática surgiu em função das reflexões realizadas nas disciplinas que tratavam da Alfabetização e Letramento, bem como nas disciplinas de Filosofia da Educação, ministradas no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e documental. Dentre os materiais selecionados para análise, temos teóricos renomados que fundamentaram nossos estudos. Além desses autores, realizamos um estudo do documento básico: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) com a intenção de investigar essa nova forma de avaliação do ensino público.

Alfabetização e letramento são condições essenciais para formar um cidadão atuante, pois é por meio da leitura e da escrita que o indivíduo se comunica, se informa, se expressa, compartilha e constrói visões de mundo, produz conhecimento etc. Cientes da relevância da alfabetização e do letramento nas vivências de cada indivíduo, seja nas conquistas individuais ou sociais, acreditamos ser necessário que a escola e os professores estejam preparados para mediar, com sucesso, essa aquisição.

Para melhor situarmos essa problemática, recuperamos, brevemente, a história da alfabetização no Brasil, fundamentando-nos em Mortatti (2010), Cagliari (2009) e Emília Ferreiro e em Ana Teberosky (1985). Em seguida, consideramos a alfabetização e o letramento como condição de cidadania com o respaldo de Lajolo (2007), realizamos estudo da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), e abordamos a alfabetização na perspectiva do letramento e as concepções que têm permeado o ensino, refletindo acerca dos desafios da docência em relação à alfabetização e ao letramento. Por fim, tecemos algumas considerações finais sobre o pesquisa realizada.

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Há muito tempo, debatem-se quais seriam os métodos mais eficazes para a alfabetização. Aqui, discorreremos sinteticamente sobre eles, a começar pelo método analítico, que parte de uma visão global para posteriormente focar-se nos detalhes; um dos principais defensores desse método foi Ovide Decroly. O método sintético, por seu turno, começa a ensinar por partes ou palavras, como letras, sons ou sílabas, para depois combiná-los, e os principais defensores desse método são os professores-autores de cartilhas, como a 'Caminho Suave', de Antônio Silva Jardim. A conciliação desses métodos de alfabetização – a analítico e sintético – resultou no método analítico-sintético.

É importante ressaltar que não é possível defender ou afirmar um único método como verdadeiro e correto, uma vez que cada método possui suas especificidades, pois dependem do momento histórico, das necessidades, da concepção de educação e do aluno. Contudo, é possível desenvolver dois ou mais métodos ao mesmo tempo, buscando obter melhores resultados, assim como afirma Cagliari (2009, p. 38), [...] “fundamental saber tirar todas as vantagens dos métodos, bem como conhecer as limitações de cada um”.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre os métodos de alfabetização e letramento, é importante mencionar os períodos mais marcantes do processo de alfabetização no Brasil, evidenciados por Mortatti (2010). Esses períodos se deram em quatro momentos cruciais, descritos na sequência.

O primeiro momento apresentado por Mortatti (2010) vai de 1876 a 1890. Nele, destaca-se a disputa dos professores que defendiam o antigo método sintético, ou seja, da parte para o todo. A leitura era ensinada partindo de cada letra até as frases, sempre na ordem crescente, de acordo com a dificuldade, ou seja, começavam ensinando cada letra, seu nome e sua família silábica, depois ensinavam a ler palavras formadas com essas letras e sílabas para então ensinar a leitura de frases, podendo ser isoladas ou agrupadas. Com relação à escrita, a ênfase recaía no desenho das letras (caligrafia), e seu ensino se restringia à cópia, ditado e formação de frases.

No segundo momento, que ocorre de 1890 a 1920, Morttati (2010) descreve a reforma na educação ocorrida na década de 1890, na cidade de São Paulo, que objetivava se estender aos demais estados, com a reorganização das escolas normais e com a criação da escola modelo¹. Essa reorganização teve como base a reestruturação do ensino. A partir desse momento, os professores passariam a defender o método analítico, o qual objetiva a leitura no todo.

O terceiro momento citado por Mortatti (2010) compreende de 1920 até 1970. Nesse período, buscando conciliar o método sintético e o analítico, a escola principiou a utilizar métodos mistos: caligrafia ou ecléticos², considerados rápidos e eficientes, em que se basearam as cartilhas e os manuais do professor. Nesse momento, a escrita era entendida como questão de ortografia, que deveria ser ensinada simultaneamente à leitura.

O quarto e último momento se inicia em 1980 e, de acordo com Mortatti (2010), é o período em que os métodos anteriores passam a ser sistematicamente questionados em decorrência de novas exigências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de propostas de mudança na educação, com a finalidade de enfrentar o fracasso da escola na alfabetização de crianças. A busca de soluções para esse problema introduziu no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, defendido por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1986). As autoras assim divulgam suas perspectivas:

Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia [...] insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a

¹ As escolas-modelo eram classes primárias anexas à Escola Normal, cujo objetivo era melhorar a formação de professores e desenvolver um padrão de ensino considerado de excelência para nortear as escolas oficiais. As escolas-modelo “é a base de toda reforma da instrução pública paulista, nos primeiros anos da República” (REIS FILHO, 1995, p.51-53). O principal defensor das escolas-modelo foi Antônio Caetano de Campos.

² O método Eclético utiliza análise e síntese, ao contrário dos outros que são analítico ou sintético, o método é considerado global, porque parte de um todo, mas segue os passos do método sintético: som, sílabas, palavras, frases. O método eclético conduz a uma prática coerente e plural no ensino, onde grande variedade de atividades possa ser empregada de forma a facilitar, acelerar ou otimizar o processo de ensino.

psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 11).

Mortatti (2010) assinala que a inserção desses debates provoca mudanças no eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança. O construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como uma 'revolução conceitual', demandando, dentre outros aspectos, o abandono das teorias e práticas tradicionais. Assim, ocorre a desmetodização do processo de alfabetização que dá ênfase em quem aprende e como aprende a língua escrita, pois essa ênfase criara um ilusório consenso de que a aprendizagem independe do ensino. O construtivismo também questiona a necessidade das cartilhas.

Conforme Cagliari (2009), os métodos citados anteriormente são baseados em duas modalidades básicas, conceituadas por ele como método de ensino e método de aprendizagem. O método de ensino seria exclusivamente para o processo de ensino, em que o professor programa o que vai ensinar sem sequer conhecer seus alunos, e inicia o ensino como um começo absoluto de tudo, partindo do fácil para o difícil. Segundo Cagliari (2009), esse método é profundamente mecanicista, dando tudo pronto para o aluno, esperando que ele siga sempre o modelo proposto.

O método de aprendizagem apresentado por Cagliari (2009) é o oposto do método de ensino, pois é centrado na reflexão, diferentemente do método de ensino, centrado na dependência. Esse método, por seu turno, se caracteriza por estar voltado para o processo de aprendizagem, e considera o aprendiz como um ser racional, que vai juntando os conhecimentos adquiridos pela vida toda. No método de aprendizagem, o ensino parte sempre da realidade da criança, considerando que cada aluno é diferente um do outro. O professor, no método de aprendizagem, deve ter um preparo profissional de alta qualidade, para agir de forma correta nas diferentes situações que lhe ocorra, assim como ser um mediador, ajudando o aluno a construir seu conhecimento.

Cagliari (2009) acrescenta que

Os dois métodos podem alfabetizar, mas o método de ensino o fará de uma maneira indesejável, embora aparentemente adequada. O método de aprendizagem exige experiência e competência do professor, paciência dos pais e uma escola preparada, não apenas

uma sala de aula onde o professor ensina e o aluno tem de se virar para aprender (CAGLIARI, 2009, p.61).

O “Método de Aprendizagem” demonstra uma boa forma não só para alfabetizar o aluno, como para qualquer outra atividade de ensino e aprendizagem. No entanto, Cagliari (2009) aconselha que,

A educação não pode viver só de ensino, caso em que o professor vem para a sala de aula e despeja em seus alunos um longo discurso a respeito de um determinado ponto, como também não pode viver só da aprendizagem, deixando os alunos descobrirem tudo por si mesmos e livres para fazer o que bem entenderem. Deve haver um equilíbrio entre os dois tipos de atividade: o professor deve ensinar, caso contrário, as escolas não precisariam existir, pois cada um aprenderia por iniciativa própria. Por outro lado, o professor não pode ser o dono da educação, aquele que tem tudo sobre o seu comando. É preciso que haja também uma grande participação do aprendiz, porque, afinal de contas, é ele quem precisa aprender e mostrar o que aprendeu e, sobretudo, saber que aprendeu (CAGLIARI, 2009, p. 41-42)

Frente ao contexto histórico dos métodos de alfabetização, observamos que os métodos são modificados ou aprimorados conforme as necessidades se fazem presentes, dentre estas necessidades estão inserção no mundo social e no mundo do trabalho, altos índices de repetência na etapa inicial do ensino fundamental, a evasão escolar, o elevado índice de analfabetos, entre outros.

Nesse âmbito, podemos afirmar que não existe um método correto, mas sim existem vários métodos, cada com suas especificidades que devem ser estudadas, para que seja avaliado qual método se adequa melhor à concepção de educação e de aluno que se apresenta.

Na elaboração deste estudo sobre alfabetização e letramento como condição formal de cidadania, nossa intenção foi verificar como a leitura e a escrita está relacionada à cidadania; assim, buscamos explicitar, na sequência, a importância da alfabetização e do letramento na formação do cidadão atuante.

2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONDIÇÕES PARA CIDADANIA

Para discutirmos alfabetização e letramento como condição de cidadania, nos propomos primeiramente a conceituar cidadania. O termo *cidadania* tem origem

etimológica no latim *civitas*, que significa "cidade". Estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada a um país e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma constituição. A cidadania está em permanente construção, sendo uma conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado ou de outras instituições.

A alfabetização e o letramento consistem em aprendizados de grande importância na vida do aluno, pois promovem sua socialização, já que possibilitam o estabelecimento de novas trocas simbólicas³ com outros indivíduos, acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais. A alfabetização é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo.

O Artigo 205 de nossa Constituição Federal de 1988 apresenta:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Cientes da relevância da educação para o desenvolvimento pleno da pessoa e para seu preparo para o exercício da cidadania, compreendemos o valor da alfabetização e do letramento no processo de educação escolar do indivíduo. Portanto, dominar a escrita e a leitura são requisitos básicos para o indivíduo dar continuidade à sua formação escolar e social.

Nesse sentido, o conhecimento se torna instrumento favorável ao indivíduo, pois as tomadas de decisões tendem a serem melhores embasadas. A esse respeito, La Boétie (2004, p.16) aponta que “sempre haverá umas poucas almas melhor nascidas do que outras, que sentem o peso do jugo e não evitam sacudi-lo, almas que nunca se acostumam à sujeição”. Ressalta, assim, que quando a pessoa tem conhecimento, não só as decisões são tomadas de forma coerente, como também o indivíduo não se deixa influenciar facilmente, porque tem sua concepção formada sobre as coisas.

³ As trocas simbólicas aqui citadas dizem respeito à troca de conceito, ideia, informações, conhecimento etc. que ocorrem por intermédio dos discursos sobre as leituras e escritas apreendidas pelos indivíduos.

O aprendizado da leitura é um momento importante na educação, que começa na alfabetização e se estende por toda a educação básica. Consiste em garantir que o aluno consiga ler e compreender textos, em todo e qualquer nível de complexidade. Uma vez alfabetizado, é possível ao indivíduo ampliar seu nível de leitura e de letramento, de forma a tornar-se um sujeito autônomo e consciente. O principal suporte para a alfabetização é a leitura, pois ler com frequência facilita o aprendizado e a fixação da grafia correta das palavras.

De acordo com La Boétie (2004),

[...] [os sábios] esses dotados de claro entendimento e espírito clarividente; não se limitam, como o vulgo, a olhar só para o que têm adiante dos pés, olham também para trás e para frente e, estudando bem as coisas passadas, conhecem melhor o futuro e o presente. Além de terem um espírito bem formado, tudo fazem para aperfeiçoá-lo pelo estudo e pelo saber. Esses, ainda quando a liberdade se perdesse por completo e desaparecesse para sempre do mundo, não deixariam de imaginá-la, de senti-la e saborear; para eles, a servidão, por muito bem disfarçada que lhes aparecesse, nunca seria coisa boa (BOÉTIE, 2004, p.16).

Compreendemos, portanto, que o conhecimento permite ao indivíduo um olhar mais detalhado e crítico para os acontecimentos que o cercam, o que possibilita melhor tomada de decisão e atuação na sociedade. La Boétie (2004, p.16) acrescenta que há “[...] perfeita consciência de que os livros e a doutrina, mais do que qualquer outra coisa, dão aos homens a capacidade de se conhecerem e de odiarem a tirania”. Dessa forma, os tiranos buscam manter na sociedade a quantidade de sábios que lhes convém, nesta perspectiva que o alfabetismo deve ser prioridade na formação dos cidadãos, para que estes possam realmente exercer a democracia.

Neste contexto, Lajolo (2007) afirma que ler é essencial não só para aqueles que pretendem participar de uma posição cultural mais sofisticada, considerando que a própria sociedade do consumo utiliza a linguagem escrita para muitos de seus apelos midiáticos. Logo, a linguagem escrita faz parte do mundo em que vivemos, estando presente em casa, na rua, no colégio, na aula, no trabalho, no ônibus, praticamente em todos os lugares. Ler jornal, procurar emprego, assinar contratos de trabalho e outra infinidade de atividades sociais do dia-a-dia requerem habilidades de leitura que precisam ser considerados em um projeto de educação

democrática. A autora afirma também ser fundamental a leitura de textos literários, pois,

É à literatura, como linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos, suas utopias. Por isso a literatura é importante no currículo escolar: o cidadão, para exercer plenamente sua cidadania, precisa apossar-se da linguagem literária, alfabetizar-se nela, tornar-se usuário competente, mesmo que nunca vá escrever um livro: mas porque precisa ler muitos livros (LAJOLO, 2007, p. 106).

Sabendo da importância da alfabetização e do letramento para o educando como cidadão atuante, faz-se necessário que esse período escolar seja zelado, pois tendo insucesso o aluno desiste dos estudos, o que impossibilita a apropriação do sistema de leitura, escrita e de suas práticas sociais, além de aumentar as estatísticas da evasão escolar nos anos iniciais.

No Brasil, a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, para os pais e para a sociedade. Segundo dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 25% dos alunos que inicia o Ensino Fundamental no país abandona a escola antes de completar a última série. É o que indica o Relatório de Desenvolvimento (2012), divulgado pelo PNUD. Com a taxa de 24,3%, nosso país tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), atrás apenas da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristóvão e Névis, no Caribe (26,5%) (UFJF, 2013).

As causas da evasão escolar são variadas. Uma delas se refere aos encaminhamentos didáticos pedagógicos e à baixa qualidade do ensino das escolas, que podem estar relacionados ao processo de alfabetização e letramento.

Destacamos o processo de alfabetização e letramento como um momento importante na educação escolar, sendo necessário que o aluno seja avaliado para que se tenha conhecimento do desempenho dos estudantes e das condições de escolaridade que esse estudante tem ou não para desenvolver esses saberes.

Por considerarmos esses aspectos essenciais à constituição de cidadãos, analisamos dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), cujo intuito é produzir indicadores que contribuam para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. De acordo com o INEP (2013, p.2), a ANA “assume-se como

uma avaliação para além da aplicação do teste de desempenho ao estudante, propondo-se, também, a uma análise das condições de escolaridade que esse estudante teve, ou não, para desenvolver esses saberes”.

3 ESTUDO DO DOCUMENTO BÁSICO: AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Pensando na importância da escola e dos professores estarem preparados para alfabetizar e letrar nas séries iniciais, propomo-nos realizar um estudo do Documento Básico: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que é uma avaliação direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, fase final do Ciclo de Alfabetização, e se insere no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. O Pacto, instituído pela Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012, constitui um compromisso formal assumido pelo governo federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios em assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização. Em 2013, foi realizada a primeira aplicação dessa avaliação (INEP, 2013).

A Avaliação Nacional de Alfabetização é realizada no 3º ano do ensino fundamental, porque esta é a fase final do Ciclo de Alfabetização, sendo assim os três anos iniciais do Ensino Fundamental passam a compor um ciclo sequencial não passível de interrupção, de acordo com Resolução CNE/CEB nº 07/2010;

Art. 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento;

II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro (Resolução CNE/CEB nº 07/2010).

Toda a precaução direcionada ao ciclo de alfabetização se deve,

[...] à concepção de que esse período é considerado necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita, e também à consolidação de saberes essenciais dessa apropriação, ao desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado de outros saberes fundamentais das áreas e componentes curriculares obrigatórios (INEP, 2013, p.1).

Nesse aspecto, considerando os desafios educacionais encontrados na alfabetização das crianças, tecemos algumas considerações sobre o contexto em que se insere a Avaliação Nacional da Alfabetização.

Um dos objetivos da ANA proposto no documento é avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do Ensino Fundamental, produzir indicadores que contribuam para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras e concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional (INEP, 2013). Sendo assim, a ANA não avalia apenas o desempenho do estudante, mas também realiza uma análise das condições de escolaridade que esse estudante teve ou não para desenvolver esses saberes.

Para que seja realizado um diagnóstico amplo do processo de alfabetização, faz-se necessário avaliar o nível de alfabetização dos educandos do 3º ano do Ensino Fundamental assim como os aspectos do contexto que envolve a gestão escolar, a infraestrutura, a formação docente e a organização do trabalho pedagógico, entendidos como aspectos intervenientes no processo de aprendizagem. Para que o diagnóstico seja realizado, são necessárias as seguintes fases: Questionários, Teste de Desempenho, Produção de Escrita e Resultados, que integram a aplicação da ANA (INEP, 2013).

Por meio do questionário, de acordo com o INEP (2013, p.3), objetiva-se:

[...] coletar informações a respeito das condições de oferta serão aplicados questionários voltados aos professores e gestores das Intuições de Ensino que atendem ao Ciclo de Alfabetização. O foco desses questionários será aferir informações sobre as condições de infraestrutura; formação de professores; gestão da unidade escolar; organização do trabalho pedagógico, entre outras.

O teste de desempenho é

[...] destinados a aferir os níveis de alfabetização e desempenho em alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática serão compostos por 20 (vinte) itens. No caso de Língua Portuguesa, o teste será composto de 17 (dezesete) itens objetivos de múltipla escolha e 3 (três) itens de produção escrita. No caso de Matemática, serão aplicados aos estudantes 20 (vinte) itens objetivos de múltipla escolha. (INEP, 2013, p.3)

A produção escrita tem a meta de

[...] verificar o desenvolvimento da habilidade de escrever palavras de forma convencional e de produzir textos. Ao se aplicar itens de produção escrita, pretende-se avaliar, entre outros aspectos, a estrutura do texto, a capacidade de gerar o conteúdo textual de acordo com o gênero solicitado e organizar o conteúdo textual, estruturando os períodos e utilizando adequadamente os recursos coesivos. (INEP, 2013, p.3)

O resultado e informações a serem divulgados são relativos às “[...] condições de ofertas, aos resultados relativos aos níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e produção escrita) e alfabetização em Matemática. Não haverá divulgação de resultados por aluno” (INEP, 2013, p.4).

Na ANA, os termos ‘alfabetização’ e ‘letramento’ consolidam a ideia de articulação entre essas noções, considerando que, embora sejam dois processos distintos, são complementares e importantes no processo de aquisição da língua escrita. Deste modo, compreende-se que o processo de apreensão do código alfabético deve ser associado à compreensão dos significados e seus usos sociais em diferentes contextos.

Entende-se a necessidade da alfabetização ocorrer relacionada a outros aspectos, como se esclarece a seguir,

A ideia de construção da língua escrita e dos conceitos matemáticos como processos discursivos, interativos e dialógicos, contextualizados nas práticas sociais, salienta as possibilidades de ação e de interação dos sujeitos que participam do processo, bem como questiona práticas de ensino-aprendizagem centradas em processos individuais e descontextualizados. (INEP, 2013, p.4).

Alfabetização e letramento são assim definidos pelo INEP “alfabetização é a apropriação do sistema de escrita, que pressupõe a compreensão do princípio alfabético, indispensável ao domínio da leitura e da escrita. O letramento, por sua vez, é definido como as práticas e os usos sociais da leitura e da escrita em diferentes contextos” (INEP, 2013, p.4).

As aprendizagens adquiridas pelo aluno durante o processo de alfabetização permitirão que este possa construir também seus conhecimentos em alfabetização matemática.

O processo de organização dos saberes que a criança traz de suas vivências anteriores ao ingresso no Ciclo de Alfabetização, de forma a levá-la a construir um corpo de conhecimentos matemáticos articulados, que potencializem sua atuação na vida cidadã (MEC, 2012, p. 60).

Os documentos eleitos pela ANA para a construção da Matriz foram:

A matriz de Língua Portuguesa está organizada em dois eixos estruturantes: o eixo da Leitura e o eixo da Escrita. [...] Os Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental e a Matriz de Referência de Matemática da Provinha Brasil. [...] Com base em todos esses pressupostos, a Matriz de Matemática está estruturada em quatro eixos: Eixo Numérico e Algébrico; Eixo de Geometria, Eixo de Grandezas e Medidas, Eixo de Tratamento da Informação. (INEP, 2013, p.10-14).

Essa organização dos saberes feita pela criança as auxiliará na realização da avaliação. No entanto, é importante lembrar que há limitações ao se avaliar em larga escala os conceitos matemáticos e as dimensões que constituem o letramento na sociedade. Por outro lado, a utilização desse modelo de avaliação pode contribuir para um melhor entendimento sobre os processos de aprendizagem e orientar a formulação ou reformulação de políticas voltadas para essa etapa de ensino.

Nesse sentido, Vianna (1990) afirma,

[...] que a avaliação da qualidade da educação não se limita apenas à verificação do rendimento escolar, que é um momento na caracterização dessa qualidade. O desempenho dos estudantes em pesquisas da qualidade da educação é melhor compreendido e interpretado quando se levantam informações sobre o tipo de ensino que recebem, os procedimentos que vivenciam em sala de aula e no colégio, e ainda sobre as características ambientais da família que determinam o seu comportamento (VIANNA, 1990, p.99).

As perspectivas da ANA são avaliar a aprendizagem dos estudantes, a instituição e o sistema escolar de modo que esta avaliação ocorra de forma integrada e com permanentes trocas. Nessa concepção o, compreende-se que a

aprendizagem supera a dimensão cognitiva e se vincula ao contexto geral em que a criança se insere.

A matriz curricular da ANA é elaborada com vista a avaliar a aprendizagem do aluno e não com o objetivo de promover o ensino e aprendizagem; sendo assim, as crianças precisam vivenciar aprendizagens muito mais amplas que possibilitem seu real desenvolvimento. A ANA foi fundamentada por vários pesquisadores e especialistas, como informa o INEP:

As matrizes da Avaliação Nacional da Alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática (ANA) foram elaboradas a partir das contribuições de diferentes pesquisadores e especialistas no campo da alfabetização e do letramento, de várias universidades, bem como representantes de várias instituições do Governo e da Sociedade Civil tais como MEC, CNE, UNDIME, ANPED, UNCME, CONSED, Secretarias de Educação, dentre outras.

O processo de elaboração teve como base diferentes documentos oficiais, principalmente o documento “Elementos conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem” e os documentos de formação produzidos no âmbito do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) (INEP, 2013, p.7).

O INEP (2013) salienta que a ANA é um de muitos tipos de avaliação que podem ser desenvolvidos nas escolas, pressupondo que as instituições preparem outros instrumentos e contextos de observação diferentes e complementares aos da ANA.

Da mesma forma, devemos sempre lembrar que a escolha de descritores de operações cognitivas com objetos de conhecimento, em contextos específicos, para uma matriz é um recorte de um conjunto de conhecimentos que a escola deve trabalhar e, de forma alguma, pode servir de parâmetro para substituir as propostas curriculares. (INEP, 2013, p.9).

Outras considerações destacadas em documentos do INEP (2013, p.10) são as dificuldades de se avaliar crianças nessa faixa etária, o que demandam um cuidado especial e estratégias mais adequadas tanto na elaboração dos itens do teste quanto na aplicação da prova. Assim, é importante que os itens que compõem as avaliações observem as peculiaridades das crianças dessa faixa etária, visando à elaboração de um teste adequado aos sujeitos aos quais se destina; também é desejável que o professor de cada turma esteja presente na aplicação do teste, no sentido de manter um ambiente confortável para a criança que estará sendo avaliada.

Para que os objetivos da ANA se efetivem, é importante que os professores, escolas e sistemas de ensino se apropriem dos processos de avaliação em sentido amplo, para que esses processos possam cumprir o papel esperado.

Ao trazer a avaliação e seus resultados para a unidade escolar, pretende-se oferecer subsídios para a orientação das práticas pedagógicas, para o projeto político pedagógico, para os processos de gestão e o acompanhamento do trabalho de alfabetização. Busca-se, com isso, qualificar a apresentação dos dados, respeitando o processo de cada instituição escolar, a comunidade em que está inserida e os diversos indicadores que podem contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica, em geral, e do processo de alfabetização, em particular. (INEP, 2013, p.15).

O documento finaliza destacando que a intenção do INEP é apontar, com essa avaliação, que o processo de alfabetização é eivado de especificidades que devem encontrar sua justificativa, em geral, no contexto no qual a escola está inserida, em seus processos de gestão e qualificação docente. Na sequência abordaremos a alfabetização na perspectiva do letramento e as concepções que tem permeado o ensino.

4 ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

Discorreremos acerca dos processos de alfabetização e letramento e sobre a necessidade desses caminharem juntos, considerando a relevância da alfabetização e do letramento para a formação do indivíduo e para o exercício pleno de cidadania. Embora os termos sejam distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis.

Na visão de Soares (2004, p.14),

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.

Assim, podemos observar a importância de ensinar para criança a escrita e a leitura, simultaneamente. Nesse contexto, é importante mencionar a teoria construtivista defendida por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985), pois por meio dessa teoria as autoras tentam desvendar o processo de aprendizado infantil,

mostrando que a alfabetização da criança não depende tanto do método de ensino e de livros didáticos. Segundo as autoras, cada criança desenvolve sua própria maneira de aprender a ler e escrever, construindo seu conhecimento por meio de elaboração de hipóteses e isso é produto de um conflito cognitivo que lhe permite avanços frente ao sistema de escrita.

Com o respaldo de Soares (1998), concebemos a alfabetização como um processo de aprendizagem de habilidades necessárias para os atos de ler e escrever. O letramento, por seu turno, é conceituado como estado ou condição do sujeito que incorpora práticas sociais de leitura e escrita. Nessa ótica, os termos alfabetização e letramento não são sinônimos; tratam-se de dois processos distintos que ocorrem de forma indissociável e interdependente:

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004, p.14).

Nessa premissa, um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita (SOARES, 2004).

No Brasil, os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam e se confundem. A discussão do termo letramento surge sempre envolvida no conceito de alfabetização, o que tem levado a uma inadequada e imprópria síntese dos dois procedimentos, com prevalência do conceito de letramento sobre o de alfabetização.

Os termos alfabetização e letramento são um tanto complexos para serem diferenciados e compreendidos, já que não é possível atribuir-lhes uma definição única e precisa. Segundo Lucas (2010), há dificuldades para se compreender o termo letramento porque este,

[...] diz respeito a um fenômeno recente, complexo, de difícil definição e com pouca produção científica na área da educação infantil. Afirmamos isso com a convicção de que assumir a imersão da criança no mundo da escrita como responsabilidade de um nível de escolaridade – educação infantil – é muito mais que promover

situações de contato com os mais diversos textos escritos (porque isso a sociedade grafocêntrica na qual vivemos o faz com considerável competência); é também oportunizar a aprendizagem da leitura e da escrita (LUCAS, 2010, p. 117-118).

Lembramos que não podemos separar esses processos, pois a princípio, o estudo do aluno no universo da escrita se dá concomitantemente por meio da alfabetização e pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita e o letramento.

Na escola, a criança deve interagir firmemente com o caráter social da escrita lendo e escrevendo textos significativos. A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita pelo indivíduo ou grupos de indivíduos, e o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade (TFOUNI, 1995).

Para que o processo de alfabetização e letramento se desenvolva, possibilitando conquistas tanto individuais, como sociais aos educando, faz se necessário que os professores alfabetizadores tenham uma formação especial mais consolidada e aprimorada. Deste modo, nos propomos a seguir a ponderar sobre os desafios da docência em relação à alfabetização e ao letramento.

5 DESAFIOS DA DOCÊNCIA EM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização se estabelece como um dos períodos mais importante da formação escolar do estudante; caso tenha insucesso, o aluno desiste, aumentando as estatísticas da evasão escolar nos anos iniciais. Entretanto, a escola, muitas vezes, não atribui o valor que a alfabetização merece, ensinando mecanicamente a decodificação do código linguístico, sem desenvolver, nos alunos, as estruturas cognitivas indispensáveis para a leitura e a escrita.

Miriam Lemle (2006) sublinha que as capacidades que o aluno precisa ter para se alfabetizar são: compreender a ideia de símbolo; discriminar as formas das letras; discriminar os sons da fala; ter a consciência da unidade palavra e da organização da página escrita. O papel do professor, de acordo com a autora, é desenvolver, em seus alunos, tais capacidades.

Para Lemle (2006), o alfabetizando deve entender primeiro o que são aqueles 'risquinhos' pretos no papel, o que não é tão simples, já que a ideia de símbolo é

bastante complexa. A correlação entre símbolo e coisa simbolizada é parcial, o que pressupõe que o fundamento da forma de um símbolo não tem ligação direta com as características da coisa. O segundo ponto é a discriminação das formas das letras. Depois de entender o que são os 'risquinhos' pretos no papel, e que cada um deles equivale a um símbolo da fala, a criança precisa fazer a discriminação das formas das letras, uma vez que algumas letras do nosso alfabeto são muito parecidas. No terceiro ponto, o aluno necessita fazer a discriminação dos sons da fala, ou seja, a conscientização da percepção auditiva. As letras simbolizam sons da fala, então é preciso perceber as diferenças linguísticas proeminentes entre os sons, de maneira que se possa optar pela letra certa para simbolizar cada som. O quarto ponto que o alfabetizando precisa desenvolver é a consciência da unidade palavra, que acontece naturalmente, sem muitos problemas. O quinto e último ponto refere-se à habilidade de organização espacial da página "[...] a ideia de que a ordem significativa das letras é da esquerda para a direita na linha, e que a ordem significativa das linhas é de cima para baixo na página" (LEMLE, 2006, p.12).

Para desenvolver nos alunos essas capacidades, é importante que os professores conheçam essas habilidades necessárias para a leitura e a escrita, e as desenvolvam nos estudantes para que a alfabetização aconteça sem grandes dificuldades.

Além disso, a formação inicial do professor alfabetizador é, de maneira geral, frágil. Em um estudo realizado por Lucas (2010), no qual professores da Educação Infantil deveriam definir os conceitos de alfabetização e letramento, houve dificuldades por parte das docentes para expressarem suas compreensões:

[...] foi comum o uso de expressões que denotam dúvida, imprecisão, desconhecimento, tais como: "eu não sei responder"; "eu penso que"; "eu acho que"; "pelo que eu tenho uma ideia"; "pelo que eu entendi"; "sei lá"; "seria mais ou menos assim". Isso comprova quão incompreendida está essa temática para elas. (LUCAS, 2010, p. 115).

Para superar tal dificuldade encontrada pelos docentes e reparar a fragilidade na formação do professor, Lucas (2010) sugere que

[...] não é necessário apenas continuar insistindo na importância da formação inicial, nem apenas investindo na formação continuada desses profissionais, mas, sobretudo, encontrar outro modelo de

formação inicial e em serviço. Sem dúvida, outras pesquisas serão necessárias para dar conta dessa tarefa. No momento, a certeza que temos é a de que tamanha empreitada requer muito mais que sessões de estudos, palestras, leitura de artigos e fragmentos de livros; requer formação sistemática (inicial e continuada) com grau de profundidade que permita alcançar uma compreensão satisfatória da relação entre os processos de alfabetização e letramento e políticas públicas comprometidas com esse outro tipo de formação. (LUCAS, 2010, p. 118).

As sugestões apresentadas por Lucas (2010) são de grande importância para uma melhor formação dos professores alfabetizadores, e outro ponto que necessita de melhorias é o fato de a alfabetização ser vista em uma disciplina separada das outras áreas. O ensino da leitura e da escrita deve ser entendido interdisciplinarmente, mas para que isso aconteça, é fundamental que haja uma mudança na grade curricular dos cursos de Pedagogia. É preciso uma visão curricular interdisciplinar, na qual a disciplina que "ensina como alfabetizar" não ensine somente a teoria e métodos de alfabetização, mas que busque na teoria respostas para a prática docente.

Os currículos dos cursos de Pedagogia não podem destacar exclusivamente às questões estruturais e históricas da educação sem refletir o "quê" e o "como" alfabetizar, para que não ocorra dos professores saírem da graduação apenas com a compreensão das concepções de linguagem escrita e suas implicações pedagógicas, com um entendimento básico dos conceitos de alfabetização e de letramento, e em alguns casos até elaborando projetos de alfabetização e letramento, que são alguns dos objetivos das disciplinas de alfabetização propostas no currículo dos cursos de Pedagogia. No entanto, a correlação entre teoria e prática, não é clara para os professores, pois quando estes chegam às classes de alfabetização, não sabem como lidar com a realidade escolar. Essa situação fica ainda pior quando esses professores não aceitam que o fato de o ensino estar ruim também é responsabilidade deles.

Segundo a antropóloga Durham, os professores:

Podem até estar cientes do baixo nível do ensino no país, mas costumam atribuir o fiasco a fatores externos, como o fato do governo não lhes prover a formação necessária e de eles ganharem pouco. É um cenário preocupante. Os professores se eximem da

culpa pelo mau ensino e, conseqüentemente, da responsabilidade. (DURHAM, 2008, p. 20).

Os professores alfabetizadores necessitam de formação especial mais consolidada e aprimorada, devido à importância de seu trabalho. Durante a formação do professor alfabetizador, são estudados alguns métodos de alfabetização, uns não são bem entendidos e outros distorcidos, o que complica ainda mais a situação da educação.

Os métodos de alfabetização são repetidos sem que o professor saiba como fazê-los funcionar na prática de sala de aula. É fundamental que os cursos de graduação mostrem, na prática, como funcionam os ensinamentos realizados. Apresentar os métodos de alfabetização aos futuros professores não assegura a qualidade da formação; além dos professores conhecerem os métodos, é necessário que saibam como utilizá-los.

Outro aspecto que influencia o aprendizado são as condições de vida das famílias dos alunos que frequentam as escolas brasileiras. Crianças que vivem em um ambiente em que a família utiliza e valoriza a leitura e a escrita tem mais facilidade para aprender, devido ao incentivo recebido. Já as que não têm esse ambiente podem apresentar maior dificuldade.

O hábito da leitura na família tem grande influência no desenvolvimento da criança. O ambiente letrado é estimulador e favorável para o aprendizado da leitura e da escrita. A criança que no seu dia a dia, no seu convívio familiar está rodeada de pessoas que possuem o hábito de ler será levada facilmente a adquirir esse hábito, podendo se tornar um leitor ativo. Conseqüentemente, alfabetizar classes sociais que veem a escrita como uma mera garantia de sobreviver na sociedade é diferente de alfabetizar classes sociais que consideram a escrita, além de essencial, uma forma de manifestação individual de arte, de passatempo (CAGLARI, 2004).

Entretanto, é necessário que a equipe pedagógica busque conhecer seus alunos para que a escola possa adaptar as práticas pedagógicas à sua realidade e não se utilizar desse conhecimento como alibi para eximir a escola de seu papel na produção do fracasso escolar. Assim, é indispensável que a escola utilize esse conhecimento e modifique suas práticas, busque a causa do insucesso desses alunos nela mesma, em vez de justificar o baixo rendimento como uma causa orgânica inerente a eles.

Outro fator significativo no fracasso das crianças das classes menos favorecidas é a linguagem escolar que, na maioria das vezes, é muito distante da sua realidade cotidiana. Nas palavras de Magda Soares:

[...] a linguagem é também o fator de maior relevância nas explicações do fracasso escolar das camadas populares. É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracasso: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante-padrão socialmente prestigiada. (SOARES, 1991, p.17).

Com efeito, a escola necessita levar em consideração o conhecimento que as crianças das classes menos favorecidas trazem sobre a linguagem, que é um produto cultural. Por isso, a escola não deve afirmar que essas crianças não sabem falar corretamente, e que como consequência não aprenderão a ler. Elas aprenderam a falar dentro de seu contexto familiar e social, que é diferente do dialeto-padrão utilizado e valorizado pela escola.

Nesse sentido, observamos que o insucesso na alfabetização ocorre, muitas vezes, devido ao despreparo de escolas e professores. Os professores até passaram pela graduação, mas isso não assegura a qualidade do ensino, já que alguns cursos de Pedagogia, infelizmente, não têm formado profissionais com competências para alfabetizar.

Para mudar esse quadro, é necessário investir na formação inicial e continuada do professor, para desenvolver as competências inerentes à prática alfabetizadora. Mas para que essa formação seja de qualidade, os currículos dos cursos de Pedagogia precisam ser revistos e reformulados a fim de englobar também a realidade concreta de sala de aula e da prática docente.

Com relação às crianças que não aprendem, Perrenoud (2000) acredita ser preciso uma pedagogia diferenciada, ou seja, a individualização do ensino. O autor sugere que “[...] cada aprendiz vivencie, tão frequentemente quanto possível, situações fecundas de aprendizagem” (PERRENOUD, 2000, p. 9). Com a individualização do ensino, deve-se buscar acabar com as desigualdades dentro da escola, fazendo com que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.

Essas considerações nos levam a compreender que reduzir ou amenizar o fracasso escolar na alfabetização é essencial para que ocorra uma mudança em todo o âmbito educacional, desde os métodos de alfabetização até a formação docente. Ao reduzir o fracasso escolar e investir para que o processo de alfabetização e letramento se desenvolva com qualidade, contribui-se também para o desenvolvimento pleno da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este trabalho, decorrente de reflexões, estudos e pesquisas bibliográficas e documentais, no qual objetivamos discutir o processo de alfabetização e letramento como condição formal de cidadania, foi possível evidenciar diferentes percepções, como apresentamos a seguir.

O processo de alfabetização e letramento é de suma importância para a formação de um cidadão atuante, visto que, ao ter o domínio das habilidades, disposições e atitudes necessárias para a leitura e a escrita, o indivíduo será capaz de atuar de maneira digna e plena em suas vivências em sociedade. Cientes da importância da alfabetização e do letramento na formação de um cidadão democrático, faz-se necessária uma educação de qualidade para que os indivíduos possam ser devidamente instruídos e busquem melhorias para as diversas instâncias da sociedade como um todo.

Diante de tais perspectivas, acreditamos que a prática pedagógica tem um papel fundamental na formação do cidadão, e necessita ser planejada cumprindo os objetivos propostos pela escola; precisa também oferecer uma educação de qualidade com uma proposta pedagógica atrativa e repleta de possibilidades aos olhos do alfabetizando, pois ao despertar o interesse deste, alcançará um dos fins da educação, que é a formação do indivíduo para a cidadania.

Na análise bibliográfica e documental, buscamos verificar a importância da alfabetização e letramento como condição formal de cidadania, e com o auxílio da fundamentação teórica ressaltou a importância que a leitura e a escrita exercem sobre as vivências de cada indivíduo, seja nas conquistas individuais ou sociais, pois está presente na maioria das situações vivenciadas socialmente.

Mediante a necessidade da alfabetização e do letramento na formação do cidadão atuante, constatamos a importância desse processo ser avaliado de forma que os resultados apresentados possam contribuir com melhorias para o processo de alfabetização e letramento. No estudo da ANA, observamos que suas intenções são importantes, pois,

Ao trazer a avaliação e seus resultados para a unidade escolar, pretende-se oferecer subsídios para a orientação das práticas pedagógicas, para o projeto político pedagógico, para os processos de gestão e o acompanhamento do trabalho de alfabetização. Busca-se, com isso, qualificar a apresentação dos dados, respeitando o processo de cada instituição escolar, a comunidade em que está inserida e os diversos indicadores que podem contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica, em geral, e do processo de alfabetização, em particular. (BRASIL, INEP, 2013, p.15).

Contudo, é importante que professores, escolas e sistemas de ensino se apropriem dos processos de avaliação em sentido amplo, para que assim a ANA possa proporcionar os resultados esperados.

Os estudos realizados para a consolidação deste trabalho de conclusão de curso demonstram a relevância da alfabetização e do letramento como condição formal de cidadania, considerando que a leitura e a escrita fazem parte das vivências de cada indivíduo, seja nas conquistas individuais ou sociais. Almejamos que os resultados aqui apontados possam contribuir para que a prática docente sobre a alfabetização e letramento seja repensada, com vistas à formação de qualidade do alfabetizando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, INEP. **Guia de Correção e Interpretação dos Resultados da Provinha Brasil – Leitura**. Brasília, 2012.

BRASIL, MEC/SEB. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Formação do Professor Alfabetizador. Caderno de Apresentação. Brasília, 2012.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BU**. São Paulo, Scipione, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4.ed.; São Paulo: Makron Books, 2002, p.65.

- DURAN, Marília Claret. **Alfabetização: Teoria e prática.** Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br> Acesso em: 05 fev. 2014.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita.** Artes Médicas, 1986.
- INEP. **Avaliação Nacional de Alfabetização.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/ana/documento/2014/documento_basico_ana_online_v2.pdf> Acesso em: 20 mai. 2014.
- JARDILINO, José Rubens, ROSSI, Gisele, SANTOS, Gérson Tenório. **Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.** São Paulo: Gion, 2000, (p.35-49).
- KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar?** São Paulo: 4. Ed. Cortez. 2002.
- LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da Servidão Voluntária.** São Paulo, Editora Brasiliense, 4^a. Edição, 2004.
- LAJOLO, Marisa. Tecendo a leitura. In: RIBEIRO, LAJOLO, Marisa. **Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo.** 6. Ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 104-109.
- LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador.** 16^aed. São Paulo: Ática, 2006.
- LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. Reflexões sobre os Conceitos de Alfabetização e Letramento Apresentados por Professores de Educação Infantil. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 13, n. 3, p. 109-119, set./dez. 2010.
- MORTATTI, Maria Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista de Educação**, v.15, n.44, maio/ago. 2010.
- _____. **História dos métodos de alfabetização no Brasil.** 2006. Seminário Alfabetização e Letramento em Debate. Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: <http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/download%5Cencontro_paic_ceu_24_2602_2010%5Chistorias_do_metodos_de_alfabetizacao_brasil.pdf> Acesso em: 11 jun 2014.
- PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada. Das intenções à ação.** 1^aed. Porto Alegre: Artmed, 2000, p.9.
- REIS FILHO, Casemiro dos. **A Educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista.** Campinas, S.P.: Autores Associados, 1995.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita. A alfabetização como processo discursivo.** São Paulo: Cortez. 2003.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte, CEALE/Autêntica, 1998.
- SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação. no.25 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100002> Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

_____. **A reinvenção da alfabetização**. Disponível em: <www.cereja.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2014.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

UFJF. **Brasil tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ladem/2013/03/15/brasil-tem-3%C2%AA-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud/>> Acesso em: 07 jun. 2014

VIANNA, H. M. "Medida da qualidade em educação: apresentação de um modelo". **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n.2, p.99-104, Jul/Dec. 1990.